GRECHI, Dores Cristina; BASSINELLO, Patrícia Zaczuk; MARTINS, Patrícia Cristina Statella. A invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais na retomada da atividade turística: análise das materialidades discursivas. Dossiê Ler os discursos sobre o evento pandêmico: discursividades culturais, políticas, sanitárias. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Vol. 1, N. 2, p. 134-155, 2023. (ISSN: 2317-1006 - online).

A INVISIBILIDADE DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA RETOMADA DA ATIVIDADE TURÍSTICA: *ANÁLISE DAS MATERIALIDADES DISCURSIVAS*

LA INVISIBILIDADE DE LOS PUEBLOS Y COMUNIDADES TRADICIONALES EM LA REANUNDACIÓN DE LA ACTIVIDAD TURÍSTICA: ANÁLISIS DE MATERIALIDADES DISCURSIVAS

Dores Cristina Grechi [1]
Patrícia Zaczuk Bassinello[2]
Patrícia Cristina Statella Martins[3]

Resumo: Este artigo analisou o contexto de pandemia sob o viés da atividade turística e, mais especificamente, a partir dos discursos oficiais e da representação das comunidades tradicionais. O território de estudo compreendeu a região sul do Pantanal de Mato Grosso do Sul/Brasil. A metodologia utilizada se ancorou nos estudos do Círculo de Bakhtin, a partir da análise dialógica da linguagem, tomando como recurso concreto de análise as materialidades discursivas de documentos oficiais emitidos durante a pandemia e estabelecendo relação com alguns discursos não oficiais. Os resultados apontaram no discurso oficial, a priorização de ações para os setores já consolidados do turismo, invisibilizando questões sociais. Já no discurso "não oficial", sinalizou a necessidade de institucionalizar a comunicação e intervenção com e para as comunidades tradicionais no que se refere aos espaços oficiais de governança do turismo; como também o de construir, com elas, políticas e estratégias interculturais de proteção aos povos, as quais sejam mais específicas e inclusivas, no que tange ao sistema produtivo do turismo no estado frente ao avanço do novo coronavírus; permitindo assim, ecoar a diversidade presente nos seus territórios.
Palavras chave: povos tradicionais; covid-19; políticas; turismo; análise discursiva.

Resumen: Este artículo analiza el contexto de la pandemia desde la perspectiva de la actividad turística y, más concretamente, desde los discursos oficiales y la representación de las comunidades tradicionales. El territorio de estudio comprendía la región sur del Pantanal de Mato Grosso do Sul/Brasil. La metodología utilizada se ancló en los estudios del Círculo de Bajtín, desde el análisis dialógico del lenguaje, tomando como recurso concreto de análisis las materialidades discursivas de los documentos oficiales emitidos durante la pandemia y estableciendo una relación con algunos discursos no oficiales. Los resultados señalaron en el discurso oficial, la priorización de acciones para los sectores turísticos ya consolidados, invisibilizando lo social; así como señalado la necesidad de institucionalizar la comunicación e intervención con y para las comunidades tradicionales respecto a los espacios oficiales de gobernanza del turismo, y o de construir, con ellas, políticas y estrategias interculturales de protección de los pueblos, más específicas e inclusivas, respecto al sistema productivo del turismo en el estado frente al avance del nuevo coronavirus; permitiendo así hacerse eco de la diversidad presente en sus territorios
Palabras clave: pueblos tradicionales; covid-19; políticas; turismo; análisis del discurso.

[1] Professora e pesquisadora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no curso de Turismo e no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Membro do Grupo de Estudos em Turismo, Sustentabilidade e Hospitalidade-GESTHOS. Email: doresgrechi@gmail.com
[2]Professora e Pesquisadora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no curso de graduação em Turismo e no Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais (PPGCult/CPAQ). Membro dos grupos de pesquisa: Laboratório Interdisciplinar de Estudos Culturais (LindeCult) e Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas do Turismo – Cet/UNB. E-mail: patricia.zacuzk@ufms.br
[3] Professora e Pesquisadora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no curso de Turismo (graduação). Membro dos Grupos de Pesquisa Gesthos - Grupo de Estudo em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade e do TEEM - Turismo, Educação, Emprego e Mercado. E-mail: martinspatriciacristina@gmail.com

1. Introdução

A proposta de pesquisar sobre o impacto da atual crise ecológica, econômica e social ocasionada pelo vírus identificado como Covid-19 em povos e comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso do Sul surgiu da inquietação de pesquisadoras que, olharam para a mesma realidade e decidiram estruturar uma agenda de trabalho comum. Isso permitiu desenhar o escopo do estudo , a partir da aproximação de uma discussão e análise discursiva sobre as políticas públicas implementadas pelos governos federal e estadual nos destinos turísticos. O conceito de povos e comunidades tradicionais encontra respaldo na Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – (PNPCT) publicada no Brasil no ano de 2007 que os definem como sendo "...grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa,ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (SILVA, 2007, p.3).

Ao acompanhar as políticas econômicas e de turismo para o enfrentamento da crise percebeu-se a ausência de medidas específicas para grupos sociais locais que, antes mesmo da crise, já se caracterizavam como periféricos do ponto de vista das políticas, ou socialmente vulneráveis, do ponto de vista econômico. Diversos trabalhos ao tratar da Covid -19 focam em dados referentes as questões econômicas decorrentes da pandemia (CLEMENTE, ANDRADE, STOPPA & SANTOS, 2020; FGV, 2020).

Outro discurso trazido para análise, são algumas vozes de atores de comunidades locais do Pantanal, que se revelam e se materializam por meio de postagens encontradas no perfil *Instagram* da Comitiva Esperança[4] bem como um relatório de uma ONG local que atua nessas comunidades. A Comitiva é um coletivo de voluntários para o atendimento das comunidades de territórios tradicionais. Tal coletivo também conta com parceiros institucionais como (IPEDI – Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural; ECOA – Ecologia e Ação e lideranças comunitárias), abrangendo ações do território do Pantanal Sul. A Comitiva, bem como as Organizações da Sociedade Civil (OSC) configuraram-se como instâncias de governança sobretudo nesse momento como o da pandemia Covid-19.

[4]@comitivaesperanca

Sendo assim, a realidade dos povos e comunidades tradicionais, as tendências desenhadas para o turismo na retomada do setor e o discurso oficial presente nas políticas públicas subsidiaram a seguinte questão: os povos e comunidades tradicionais estão presentes nas diferentes ações políticas de auxílio ou de retomada em função da crise evidenciada pelo covid-19?

Considerando que o Pantanal sempre está em evidência na mídia, nas políticas e em diversos projetos de cunho internacional; os povos e comunidades tradicionais ainda permanece invisibilizado ou timidamente envolvidos, em especial no contexto de políticas públicas efetivas, como também representados em reuniões de conselhos municipais e estaduais. São atores que geralmente possuem dificuldades para o transporte, para a educação, para o saneamento, para o escoamento de suas produções, entre outras condições básicas, que no contexto da pandemia sofreram com a falta de acesso à informação e à logística de materiais de segurança, higiene e alimentação.

Do ponto de vista conceitual as políticas são diretrizes, caminhos para orientar a ação de planos e projetos (SOUZA, 2006), contudo, a não ação pode ser considerada uma decisão política também (DYE, 1984). O fato de um governo não agir sobre determinado tema ou assunto não deixa de significar uma decisão política. Desta forma, o contexto desta pesquisa compreende analisar as materialidades discursivas na retomada do turismo e suas implicações práticas para comunidades tradicionais, bem como, relacionar o discurso oficial contido nos documentos com alguns discursos do cotidiano, procurando identificar as tensões e desafios entre estes discursos.

2. *A institucionalização do turismo e as comunidades tradicionais*

Compreender o contexto institucional do turismo (GRECHI, 2011) e o turismo enquanto um sistema aberto (BENI, 1998; MOLINA, 2000; MARTÍNEZ, 2004) é um exercício que auxilia na compreensão de uma atividade que promove inúmeras transações entre os elementos que interagem neste sistema, sejam elas transações via mercado, hierarquia ou formas híbridas (WILLIAMSON, 1996). Como o propósito deste artigo é analisar os discursos institucionalizados para a retomada do turismo em Mato Grosso do Sul é imperativo que fiquem claros termos como políticas e instituições para definição do que seriam àqueles documentos considerados oficiais ou institucionalizados.

O contexto institucional (SIMAN, CONCEIÇÃO & FILPIPI, 2006) seria a relação entre o ambiente institucional (leis, regras, políticas, planos) e os arranjos institucionais (estruturas de governança) responsáveis pela gestão do turismo em uma região. Segundo North (1993) as regras do jogo, ou seja, políticas, leis e demais documentos oficiais enquadram-se no que ele chama de ambiente institucional. E, para Williamson (1996) as organizações, as instâncias de governança, seriam o arranjo institucional.

De forma geral, as políticas são definidas como diretrizes para ação, mas podem ser entendidas de várias formas. Para Dias (2003, p. 121), é: "Um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e tem que estar direcionadas ao bem comum". Por sua vez, as políticas públicas de turismo seriam: "El conjunto de actividades, decisiones y procesos que impulsan actores gubernamentales, en ocasiones en colaboración con otros actores, con la intención de alcanzar objetivos diversos relacionados con el turismo "(VELASCO, 2016, p. 580).

Estas políticas vão interferir nas estruturas de governança e nos indivíduos que dela fazem parte e a recíproca é verdadeira, indivíduos impactam as organizações que, por sua vez, impactam nas leis (HODGSON, 2004). Para Velasco (2020), o turismo que virá demandará ações políticas mais abrangentes em relação às dimensões que a atividade impacta, pois aquelas diretrizes antigas não serão suficientes para um mundo pós advento da pandemia e das distintas crises ambientais. Por isso, é fundamental entender esta relação entre políticas, estruturas de governança e as comunidades tradicionais. Para a OMT (2019) não é possível a aplicação de um único modelo para todos os destinos. É preciso adaptar a natureza e as funções para garantir uma gestão eficaz nos destinos.

Se a política pública de turismo pode ser compreendida como o conjunto das regras oficiais para o desenvolvimento do setor, o que seria a instância de governança turística? Seriam as organizações públicas, privadas ou híbridas que irão executar estas diretrizes que a política pública do turismo determina, ou como afirma Williamson (1996) são os arranjos institucionais. Cerqueira (2009) entende instância de governança como uma organização social com representatividade dos diferentes setores ligados ao desenvolvimento do turismo em determinado território, com o propósito de articular, propor, analisar e monitorar políticas e projetos de turismo. Gonzáles (2014) argumenta

que a governança turística deve ser uma nova forma de tomar decisões coletivas sobre assuntos que geram conflitos para gestão do destino, além de estimular a inovação social, o fortalecimento dos atores frágeis do sistema, a minimização dos impactos negativos. A gestão horizontal com a participação da comunidade local é um elemento fundamental para a sustentabilidade do sistema no longo prazo e na qualidade das experiências turísticas (BRANDÃO & COSTA, 2008; SECO, 2014; REINOSO, 2017).

Nesse sentido, entende-se que o envolvimento das comunidades tradicionais seria algo fundamental inclusive considerando que as mesmas possuem formas próprias de organização social. Porém, muitos grupos ainda lutam para conquistar uma representatividade pública e mesmo seu espaço (CONTI & COELHO-DE-SOUZA, 2013). Diversos autores ressaltam que as comunidades tradicionais até meados dos anos 1980 eram completamente invisíveis (CALEGARE, HIGUCHI, & BRUNO 2014; CONTI & COELHO-DE-SOUZA, 2013; LEROY & MEIRELES, 2013). Fato que muda apenas com a publicação da PNPCT em 2007[5].

Mais especificamente falando de comunidades no âmbito da atividade turística, a participação e o protagonismo das comunidades é algo essencial. Além disso, de acordo com Sansolo & Bursztyn (2009), na maioria das definições para turismo de base comunitária as características relacionadas à conservação ambiental e valorização da identidade cultural e a obrigatoriedade de que existam benefícios diretos para as comunidades receptoras se fazem presente. Bursztyn, Bartholo & Delamaro (2009) exemplificam que a liderança e o protagonismo das comunidades podem se concretizar a partir de cooperativas, associações, empreendimentos comunitários ou mesmo micro, pequenos e médios empresários locais.

A Comitiva Esperança pode ser considerada um coletivo de pessoas da sociedade civil que se organizam por meio do trabalho que desenvolvem e sobretudo por articular e fomentar uma rede com diferentes atores - organizações ambientais, grupos comunitários, empresários, governos municipais, igrejas e pessoas físicas - em prol das comunidades pertencentes ao território do Pantanal Sul. A Comitiva Esperança é um coletivo sem fins lucrativos que trabalha na defesa do Pantanal e dos seus povos

[5]Os autores Calegare, Higuchi &Bruno (2014); Conti & Coelho-de-Souza (2013); Toledo (2001) trazem mais informações a respeito do histórico da inclusão das comunidades tradicionais tanto no cenário internacional e nacional que perpassa pelo conceito de áreas protegidas bem como o papel desses povos na conservação da biodiversidade e dos locais onde vivem.

sobretudo no auxílio das comunidades tradicionais da região pensando em seu desenvolvimento humano, econômico e sustentável. Durante a pandemia, os esforços foram relacionados à arrecadação e entrega de cestas de alimentos, produtos de higiene, máscaras de proteção contra o Covid-19, comercialização de camisetas, dentre outros.

Porém, enquanto a gestão participativa dessas comunidades não for uma realidade ativa e enquanto o poder público não as considerar efetivamente em seus decretos e ações infelizmente elas continuarão na condição de sujeitos subalternizados (SPIVAK, 2010).

3. Procedimentos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos e reconhecendo que será adotada a materialidade discursiva como instrumento de análise, a metodologia partirá de uma abordagem qualitativa e se apoiará nos estudos do Círculo de Bakhtin (2003 e 2006) a partir da análise dialógica da linguagem, em que consiste na compreensão da linguagem como matéria concreta do objeto de estudo, sendo que sua natureza é a interação, tanto dos sujeitos autores quanto da própria linguagem. A linguagem é a mediação entre um Eu e um Outro. Ela revela, reflete e refrata o mundo e as diversas formas de nele intervir e construir. A linguagem é um produto da atividade humana coletiva, das relações sociais, culturais, históricas, constituindo não só do conhecimento e valor, mas também do juízo ético, estético, da crítica, da responsabilidade, da resposta em cada interação social.

Portanto, elegeu-se as enunciações, aqui definidas como discursividades, para a busca do processo de compreensão e interpretação dos sentidos atribuídospelos sujeitos dos discursos analisados, captando as tensões valorativas que se fazem presente no campo enunciativo.

Destaca-se que as materialidades, entendidas aqui como objetos empíricos, são constituídas, neste trabalho, por um universo particular, o “universo dos signos”, conforme expressão empregada por Bakhtin (2006). Das várias e diferentes características propostas pelo Círculo de Bakhtin acerca da natureza do signo, importa aqui o signo enquanto seu aspecto - ideológico, de dado ponto de vista axiológico acerca de acontecimentos. Nesse momento é fundamental ter em vista que as materialidades escolhidas possuem seu aspecto material, que abriga a carga semiótica

do signo. Considera-se então que essa dimensão material servirá como o mais importante campo de trabalho em que buscaremos as pistas e os indícios para construir o percurso interpretativo, compreendendo e interpretando os sentidos ideológicos que se fazem presentes na constituição desses discursos.

E da materialidade sígnica-ideológica presente nas narrativas analisadas fazendo ecoar as vozes hegemônicas e dominantes e buscando também as diferentes vozes, diferentes valorações de palavras que por vezes são abafadas e naturalizadas como discursos não oficiais.

Nesse campo de possibilidade de compreensão das relações humanas que na linguagem vai se dando, a análise dialógica busca o movimento que se dá entre diferentes grupos sociais e como, nesse jogo, os sentidos nascem e caminham. Os sentidos, portanto, são construídos no entremeio das palavras, alheias-próprias de diferentes sujeitos nos mesmos grupos sociais e em grupos sociais distintos, o que confere ao estudo desses sentidos uma necessidade de lidar com o movimento discursivo dessas valorações diversas, que são também tomadas de posição diante do mundo e de sua organização

Para tal elegeu-se como discurso oficial alguns dos documentos emitidos durante a pandemia pelo Ministério do Turismo - MTUR; da Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul – (FUNDTUR) e Conselho Estadual de Turismo de Mato Grosso do Sul – (CET) as atas das reuniões realizadas no ano de 2020. Para fazer a relação entre o discurso oficial da fundação de turismo e do Conselho Estadual foram trazidas algumas postagens do perfil do Instagram do coletivo Comitiva Esperança e do relatório de Crise Sanitária e Ambiental para as comunidades locais do Pantanal desenvolvida pela Ong ECOA – Ecologia e Ação. Este relatório é, produto do trabalho de enfrentamento à Covid-19 que esta Ong que atua no Pantanal Sul desenvolveu.

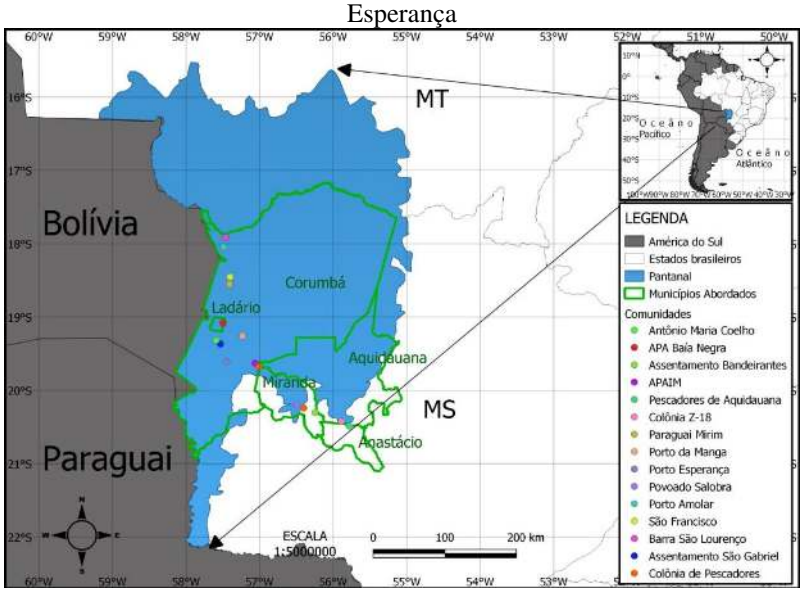
3.1 Contextualização das comunidades tradicionais do Pantanal Sul

Entre as populações locais pertencentes a esse território, treze comunidades se auto identificam como tradicionais, compostas por povos ribeirinhos e/ou pequenos/as agricultores(as); indígenas e comunidades de assentados, cujas famílias são pescadoras, coletoras de isca e/ou frutos nativos; com atividades agroextrativistas (ECOA, 2020).A relação dessas comunidades com a natureza e o território, além dos aspectos descritos

anteriormente pela literatura, inclui as características sazonais do Pantanal que estão relacionadas aos seus pulsos de inundação – as secas e as cheias[6].

As comunidades atendidas pela Comitiva Esperança durante a Pandemia Covid-19 constam na figura abaixo. Porém, é importante ressaltar que existem mais duas comunidades na região Passo do Lontra – localizada na Estrada Parque – e na Baía do Castelo – na Serra do Amolar (ECOA, 2013).

Figura 1 - Comunidades tradicionais atendidas na Pandemia Covid – 19 pelo Coletivo Comitiva Esperança



Fonte: Ecoa (2020, p.3).

Tais comunidades estão envolvidas com o turismo há muitos anos. O Relatório da ECOA (2013) ao analisar os aspectos socioeconômicos de parte dessas comunidades mostra que para muitas delas a pesca é a principal fonte de renda sendo que parte do pescado era vendida para atender o comércio local, as pousadas e hotéis bem como os barcos hotéis. Esse mesmo documento aponta outras atividades vinculadas ao turismo exercidas pelas comunidades como piloteiro, guia, diarista, cozinheiro, isqueiro. Pereira (2015) afirma que o trabalho dessas pessoas tem grande influencia no turismo de pesca sobretudo com relação a coleta de iscas que é fundamental para o sustento das famílias bem como para que a pesca esportiva aconteça. As comunidades ainda produzem

[6]O histórico dessas comunidades não é objetivo desse trabalho, mas maiores detalhes podem ser encontrados em Marques & Oliveira (2016), Siqueira (2015), Pereira (2015), Ecoa (2013), Almeida & Silva (2011).

insumos alimentícios e artesanatos, a partir dos frutos e recursos nativos, que não puderam ser comercializados em função da interrupção das feiras e eventos. Outro advento ocorrido junto à pandemia, também no ano de 2020, foram as queimadas no território pantaneiro, o que prejudicou a coleta e uso de algumas espécies, como por exemplo a Bocaiuva e outras sementes, que eram utilizadas para a produção de agregados alimentícios baseados em frutos nativos. E mesmo os que foram produzidos, não puderam ser vendidos ou escoados afetando diretamente a segurança alimentar nos territórios.

O cenário acima demonstra claramente que os povos e comunidades tradicionais estão entre os mais vulneráveis diante da crise do novo Coronavírus. Por isso, é imperativo discorrer sobre os percursos viáveis de proteção da vida e criar estratégias coletivas de superação dos impactos, fortalecendo a geração de renda, somado ao respeito e valorização do rico mosaico de culturas desse território, que é o reconhecimento e a visibilidade desses sujeitos que vivem e se constituem do/no Pantanal, como o que vem sendo demonstrado pelo coletivo Comitiva Esperança.

4.Resultados e Discussões

4.1 O ambiente institucional e os discursos oficiais

Souza (2021) apresenta uma síntese das políticas públicas com repercussão no setor turístico brasileiro considerando o cenário da pandemia COVID-19. Para a autora a atuação governamental deveria ser pautada em ações conjuntas ao Ministério do Turismo – MTur[7]. As ações do MTUR foram detalhadas nos documentos Cartilha Coronavírus e Manual sobre Coronavírus (BRASIL, 2020a ,2020b). A Cartilha tem como objetivo levar informações a empresários sobre as ações do governo para minimizar os impactos do Covid no setor. Apresenta informações a micro, pequenos e médios empresários para acessarem o Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR – inclusive ressaltando a redução de juros e aumento de prazos. Além disso, traz informações sobre repatriação; remarcação, reembolso e alterações de viagens; ações emergenciais para as companhias aéreas e orientações aos trabalhadores como teletrabalho, antecipação de férias, férias coletivas, banco de horas, redução de jornada e

[7]É importante mencionar que o MTUR integra o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para o novo Coronavírus (COE-nCOV). O Centro é coordenado pelo Ministério da Saúde e foi formado para conduzir e estabelecer estratégias para o enfrentamento do coronavírus no Brasil

salários dentre outros. O Manual foi publicado em maio de 2020 e é destinado tanto aos segmentos turísticos quanto aos viajantes sobre o atual cenário. O Manual traz as questões citadas anteriormente, mas logo no início apresenta o que é o coronavírus, informações sobre prevenção e tratamento da doença.

Clemente *et al* (2020) apresentam em forma de tabela as ações citadas anteriormente para a redução dos impactos do setor. Em nenhum momento as comunidades ou povos tradicionais são contemplados nas medidas em nível federal detalhadas anteriormente.

Em nível estadual, as ações direcionadas ao turismo no estado de Mato Grosso do Sul partiram da FUNDTUR que em junho de 2020 lançou o Plano de Retomada do Turismo. O documento é dividido em quatro partes – introdução, premissas, eixos de atuação e considerações. São cinco premissas gerais: retomada com segurança; protocolo unificado de higienização; atendimento e saúde; monitoramento contínuo de cenário; inovação na tomada de decisões e visão holística do cenário e combinação de estratégias. Além disso, existem eixos de ação divididos entre as fases de articulação e implementação. Para melhor visualização das ações tanto em nível federal quanto estadual, adaptaram-se as tabelas apresentadas por Souza (2021) e Clemente et al (2020) bem como o documento oficial da FUNDTUR para a retomada (Mato Grosso do Sul, 2020):

Quadro 1: Ações do MTur e da FUNDTUR destinadas a diminuir os impactos no setor turístico

	Ações	**A quem se destina**	**Nível**
1	Fechamento de fronteiras (restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes de alguns países)	Estrangeiros de países de fronteira	Federal – Mtur
2	Repatriação –auxílio ao regresso de brasileiros no exterior	Brasileiros fora do país	Federal – Mtur
3	Campanha “Não cancele, remarque”	Consumidores de viagens	Federal – Mtur
4	Criação da plataforma (consumidor.gov.br) para evitar a judicialização das demandas promovendo o contato direto entre consumidores e empresas e reduzir os efeitos da pandemia	Consumidores e empresas	Federal – Mtur
5	Liberação de recursos da Embratur para aplicação do setor (ex campanhas publicitárias, auxílio no processo de repatriação de brasileiros)	Consumidores de viagens e empresas do setor	Federal – Mtur
6	Cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura (MP 948, de 08 de abril de 2020	Consumidores e empresas	Federal – Mtur

7	Campanha “Não cancele, remarque”.	Consumidores e empresas	Federal – Mtur
8	Campanha “O Brasil espera por você”	Consumidores e empresas	Federal – Mtur
9	Selo “Turismo Responsável, limpo e seguro”	Consumidores e empresas	Federal – Mtur
10	Transformação da Embratur em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Lei nº 14.002)	Poder público e empresas do setor	Federal – Mtur
11	Manutenção de empregos (Medida Provisória nº 936 – convertida em Lei nº 14.020)	Empresas do setor	Federal – Mtur
12	Regras de cancelamento/remarcações para serviços turísticos e culturais	Empresas do setor	Federal – Mtur
13	Medidas para facilitar ao acesso ao crédito (Fungetur – Redução de Juros e aumento de Prazo)	Empresas do setor	Federal – Mtur
14	Inclusão das empresas do segmento nas linhas de créditos disponíveis pelo Banco do Brasil, BNDES e Caixa econômica Federal	Empresas do setor	Federal – Mtur
15	Articulação com o PROCON/MS (suporte a empresários e consumidores na renegociação de produtos adquiridos antes da pandemia). Eixo/fase: articulação	Consumidores e empresas	Estadual - FUNDTUR
16	Alinhamento de demandas junto ao Conselho de Turismo do MS (nivelar as informações e organizar as demandas do setor) Eixo/fase: articulação	Empresas do setor	Estadual - FUNDTUR
17	Articulação com o MTur para influenciar a tomada de decisões e cobrar andamento de pautas como acesso ao crédito, redução de recolhimento de tributos dentre outros) Eixo/fase: articulação	Empresas do setor	Estadual - FUNDTUR
18	Articulação parlamentar (nivelar informações e articular juntamente as lideranças de bancadas parlamentares para apoio as pautas do setor turístico). Eixo/fase: articulação	Empresas do setor	Estadual - FUNDTUR
19	Articulação de apoio ao crédito em nível estadual e federal Eixo/fase: articulação	Empresas do setor	Estadual - FUNDTUR
20	Construir a matriz insumo-produto (MIP) do Turismo de Mato Grosso do Sul com o objetivo de analisar as interligações setoriais do Turismo no estado Eixo/fase: implementação	Empresas do setor	Estadual - FUNDTUR
21	Monitoramento de cenários e projeções de retomada (apresentar o real impacto da pandemia e apresentar informações para a tomada de decisões seja para a construção de novas estratégias de comunicação e/ou formatação de produtos. Eixo/fase: implementação	Empresas do setor	Estadual - FUNDTUR
22	Adaptação do Programa de Captação de vôos (negociar com as companhias aéreas visando maior conectividade para o desenvolvimento do setor) Eixo/fase: implementação	Consumidores de viagens e empresas do setor	Estadual - FUNDTUR
23	Fortalecimento e profissionalização das Instâncias de Governança Regionais (IGRs) Eixo/fase: implementação	Aos participantes das IGRs	Estadual - FUNDTUR

Fonte: Adaptado de Souza (2021), Clemente et al (2020), Mato Grosso do Sul (2020).

As ações de números 15 a 19 referem-se ao eixo articulação. Nesta fase o documento fala ainda no apoio a prorrogação da MP 936 que é uma ação Federal e consta na tabela. As ações relacionadas ao acesso ao crédito bem como as preocupações em torno dos cancelamentos e remarcações também foram citadas no documento de retomada da FUNDTUR. Ao analisar o quadro 01 fica claro que tanto em nível federal quanto estadual não houve uma preocupação em incluir as comunidades ou mesmo estimular o envolvimento das mesmas com a atividade turística. O foco são as empresas, microempresas e até mesmo os trabalhadores formais (como por exemplo acesso ao benefício emergencial) mas as comunidades são invisíveis. Para Souza (2001) considerando a diversidade de serviços relacionadas ao turismo seria necessário a proposição de estratégias igualmente distintas que pudessem atender as necessidades de cada área envolvida. Contudo, em setembro de 2020, a FUNDTUR lança a campanha "Vem, mas vem de máscara!". Mais uma vez com o foco no trade turístico que é o setor produtivo, não contemplando as comunidades tradicionais que conforme será exposto adiante possuem uma participação ainda que indireta na atividade turística.

4.2 IGRs locais e populações tradicionais

Com relação ao espaço oficial para discussão coletiva do turismo, tem-se o Conselho Estadual de Turismo (CET), cuja missão é apoiar e articular o planejamento do turismo no estado. O Conselho possui 18 (dezoito) membros titulares com representações do poder público e entidades da sociedade civil, direta ou indiretamente ligadas ao setor produtivo do turismo em nível estadual.

O estado possui oito regiões turísticas, sendo que cada uma delas está organizada por meio de uma Instância de Governança Regional (IGR), algumas com representação no CET. Contudo, na região do Pantanal a governança assumiu contornos diferenciados, provavelmente por ser um território muito extenso e com diversas particularidades. Desta forma, em 2021, constatou-se a existência de três estruturas de governança que atuam na região turística "Pantanal", as quais são: 1 - Visit Pantanal, 2 - IGR ACEPAN da Rota Cerrado Pantanal e 3 - IGR da Rota Pantanal-Bonito, todas têm assento no CET, sendo que esta última está passando por reformulações.

A IGR Rota Cerrado Pantanal, também chamada, Agência de Desenvolvimento Regional Rota Cerrado Pantanal[8], atende municípios que compõem a região norte do estado e algumas associações que fazem parte como beneméritas e colaboradoras. No site da IGR identificou-se uma ONG associada e uma Associação de Monitores, os demais são prefeituras e empresas privadas[9].

O coletivo Comitiva Esperança, objeto de análise deste artigo, não possui assento no CET de forma direta, porém encontra-se representado pelo IPEDI, que, por sua vez, é sócio benemérito da organização *Visit* Pantanal. A *Visit* é uma associação de empresários da região do Pantanal. Apesar de a Comitiva Esperança ter representatividade oficial na Visit Pantanal, evidencia-se na fala de um representante desta IGR que: "o diálogo com comunidades tradicionais acontece muito pouco, pois o foco do planejamento tem sido mais o *marketing* das empresas".

Ao trazer as discursividades do CET para análise, elegeram-se alguns enunciados de duas Atas das reuniões realizadas no ano de 2020, sendo uma do dia 25 de junho e outra do dia 18 de dezembro.

Figura 2 – Trechos da Atas de junho de 2020

"Todos os empreendimentos de Bonito fizeram seus protocolos em parceira com outras entidades, os quais são muitos bons, porém nossa preocupação muito grande é com os turistas, para que eles respeitem os protocolos e utilizem os EPIs para proteger a comunidade local". (conselheiro 1, ATA Conselho Estadual de Turismo de 25 de junho de 2020)

"Estamos trabalhando em protocolos de biossegurança, em especial no projeto em parceria com o SESI dos protocolos do "Bonito Seguro". Nosso objetivo é poder contribuir para essa preparação para retomada das atividades, nas adaptações das empresas principalmente. Estão oferecendo 40% de desconto para empresas que quiserem o auxílio da entidade para adaptarem seus serviços e treinarem seus colaboradores" (conselheiro 2, ATA Conselho Estadual de Turismo de 25 de junho de 2020)

"É preciso criar um protocolo um pouco mais homogêneo, porque acha que ficando um pouco a critério de cada prefeitura não fica muito seguro. É preciso trabalhar um pouco mais nessa reabertura, nos protocolos de segurança e para sentirmos mais segurança nas nossas definições, e discutir mais sobre as questões de abertura, porque é péssimo para todos quando cada um fazem as coisas de sua maneira. (conselheiro 3, ATA Conselho Estadual de Turismo de 25 de junho de 2020)

Fonte: Atas do Conselho Estadual de Turismo, 2020.

[8]ACEPAN é uma entidade caracterizada como associação de natureza turística, cultural e ambiental, não possui caráter político-partidário. A gestão é constituída por empresas do setor turístico, prefeituras e demais parceiros, tem como objetivo fomentar o rumo turístico da região norte do Estado de Mato Grosso do Sul, elevando assim o interesse de turistas sobre a região em questão.
[9]Recuperado de https://rotacerradopantanalms.com.br/, acessado em 16/06/2021.

Há de se reconhecer a importância da criação de medidas e protocolos de biossegurança como caminho gradativo da retomada e reabertura da atividade turística. Porém, o que se evidencia nas falas dos conselheiros é o destaque acentuado nesse encaminhamento de ação, bem como a preocupação prioritária para o atendimento ao item de pauta sobre o Plano de Retomada do Turismo. Além disso, observa-se nos relatos o direcionamento para os empreendimentos e empresas com suas respectivas adaptações estruturais, especialmente para o destino de Bonito, com os protocolos do "Bonito Seguro", já que este é o principal destino turístico do estado de Mato Grosso do Sul em termos de fluxo turístico e reconhecimento nacional e internacional no setor.

Essa atenção dada à classe dos empresários se reforça também na reunião do dia 18 de dezembro nas falas do presidente do Conselho, assim como as linhas de acesso ao crédito junto aos estabelecimentos e novamente o destaque às medidas de segurança a partir dos protocolos de biossegurança.

Figura 3 – Trechos da Atas de dezembro de 2020

"Vivenciamos um ano praticamente surreal, porém, a visão da Fundtur é que, mesmo num ano de tanto prejuízo, especialmente para os empresários, houve avanços significativos. O Estado, diferente de outros, não teve contingenciamento nos orçamentos para o turismo, aumentamos o repasse de verbas descentralizadas e destaco o apoio recebido do Governador e do Secretário Eduardo Riedel, no atendimento às demandas do turismo, mesmo tendo sido publicado um decreto de estado de emergência que restringem os gastos, principalmente para serem utilizados nas áreas de saúde e segurança. Alguns avanços importantes são: as ações de articulação realizada junto com o PROCON, Ministério do Turismo, Parlamentares e as ações de acesso ao crédito". (Presidente do Conselho, ATA Conselho Estadual de Turismo de 18 de dezembro de 2020)

"O fortalecimento das Instâncias de Governança teve que ser parada por conta da pandemia e retorna no próximo ano" (Presidente do Conselho, ATA Conselho Estadual de Turismo de 18 de dezembro de 2020).

"Por fim, as ações finais que são as campanhas de retomada, com o mote "Vem mais vem de máscara", essa campanha está agora na televisão aberta e começará nos aeroportos de Campinas, Guarulhos, Congonhas e Campo Grande. [...] "Não podemos deixar de falar dos protocolos de biossegurança, o que foi muito importante para o estado conquistar selos de biossegurança internacionais" (Presidente do Conselho, ATA Conselho Estadual de Turismo de 18 de dezembro de 2020).

Fonte: Atas do Conselho Estadual de Turismo, 2020.

Percebe-se nas discursividades trazidas em destaque pelo presidente do Conselho esse caminho hegemônico e homogêneo ao eleger os protocolos de biossegurança como a alternativa racional de retorno das atividades do turismo, já que esse direcionamento proporcionaria um equilíbrio para a resolução dos problemas econômicos dos empresários do setor. Porém, aí reside uma preocupação polarizada aos setores produtivos do Turismo. Isso caracteriza a invisibilidade da diversidade. Novamente os conselheiros se ausentam de reconhecer a importância de se desenvolver

estratégias interculturais de proteção aos povos e comunidades tradicionais, frente ao avanço do novo coronavírus sobre os seus territórios. A invisibilidade do outro apaga as questões sociais e anula a diversidade presente no território pantaneiro. Isso se demonstra, quando o presidente pontua que o *"fortalecimento das Instâncias de Governança teve que ser parada por conta da pandemia e retorna no próximo ano"*.

Essa é uma tensão valorativa que se faz presente por meio da linguagem (BAKHTIN, 2003). Há a necessidade de mais vozes se fazerem presentes nos discursos e espaços de governança da atividade turística. À legitimação do direito à existência desses povos e a crítica ao sufocamento e/ou subalternização das subjetividades e da historicidade das violências sobre seus corpos e territórios, devem ser consideradas como ponto de visibilidade a partir de um diálogo intercultural, capaz de propor um posicionamento político alternativo às práticas hegemônicas geopolíticas, culturais, sociais, de construção do conhecimento e de distribuição do poder.

Nesse sentido, será apresentado no tópico abaixo a escuta dessa construção de algumas estratégias comunitárias para o enfrentamento da COVID-19 como um caminho criativo de intervenção sobre o sofrimento de sobrevivência econômica e social desses povos.

4.3 A realidade: narrativas não oficiais

Figura 4: Dona Júlia – líder comunitária da APA Baía Negra – pescadora



Fonte: Instagran @Comitiva.esperanca

Dona Júlia Gonzalés, é mulher, pescadora, líder e presidente da Associação das Mulheres da APA Baía Negra. Pertence a uma das comunidades que compõe aproximadamente 40 famílias que vivem no local que é uma Unidade de Conservação

de Uso Sustentável, a primeira criada no Pantanal, localizada no território de Mato Grosso do Sul.

No bloco de postagens, observou-se que a primeira imagem demarca a face, o rosto da Dona Júlia e seu olhar ao horizonte revelando as vozes que são invisibilizadas e silenciadas no Pantanal. A voz dos humanos do Pantanal, e destaca para o adjetivo usado "do" e não "no", para revelar as singularidades de cada comunidade tradicional (pescadores/as, agricultores/as, indígenas, quilombolas, camponeses/as e outros) que com seus conhecimentos, experiências, observações e interação com esse ambiente em que moram, desenvolvem seus saberes e fazeres. É nessa relação que há o movimento de constituição de um e de outro. Pode-se considerar que essa é a principal produção de resistência desses povos ao ecoarem a necessidade de reconhecer que há vidas, trajetórias históricas e práticas culturais que revelam modos de vida e estratégias de atuação e luta desses grupos sociais excluídos e marginalizados da ordem homogeneizadora da "história" e "conhecimento" dominantes.

O reconhecimento de suas práticas, memórias e conhecimentos, se reforça a partir de um agrupamento de elementos simbólicos que justificam a preservação e perpetuação de um "legado", sobretudo ao relacionar o bloco de imagens seguintes em que dona Júlia materializa o sentimento de que o momento de desafio vai passar e que por ser pescadora, reconhece alguns caminhos para a capacidade de resiliência como liderança de um saber nos espaços por onde interage e vive.

Figura 5: Peixe Acari agonizando sob efeito das queimadas



Fonte: Instagran @Comitiva.esperanca

Nesse segundo bloco, dona Júlia assiste à uma espécie de peixe da bacia do rio Paraguai agonizar decorrente do fenômeno das queimadas no Pantanal. Como destacado no post essa espécie de peixe é utilizada para alimentação de seu povo e também de outros animais do bioma local, o que reforça uma prática tradicional dessa relação natureza e cultura em defesa dos territórios, porém ameaçadas e estereotipadas aos grandes desafios da soberania e da segurança alimentar preconizadas por grupos dominantes e mesmo na tensão com o dito "saber científico". Esse cenário da segurança alimentar se agravou na crise da pandemia e se confirma nos dados levantados pelo relatório da ECOA quando afirmam que:

> (..) cerca de 48% das pessoas entrevistadas relatam situação de fome e escassez de alimentos na comunidade. Durante a pandemia elas já tiveram uma refeição que não foi suficiente, ou relataram terem tido menos refeições que normalmente têm no dia. Também relataram que já não tiveram nenhuma comida para se alimentar, ou ainda, que foram dormir com fome. (...) Além da baixa de renda ser um fator decisivo para isso, mesmo que 81,5% tenham acessado o auxílio emergencial, outro fator determinante para a fome no Pantanal é a situação de estiagem drástica este ano, falta de chuva e nível baixo dos rios, diminuindo consideravelmente a quantidade de peixe nas águas do Pantanal, principal fonte de proteínas das famílias tradicionais **como também fonte de renda advinda do consumo da pesca enquanto produto turístico desse território.** (ECOA, 2020, p.7, grifo nosso)

A produtividade dos pescados está muito abaixo do normal, impactando diretamente as principais atividades econômicas que incidem sobre o turismo e as comunidades locais que oferecem serviços para o turismo de pesca, como pilotagem de barcos, venda de iscas vivas, guias de roteiros turísticos e venda de produtos da socio diversidade local, já que as atividades turísticas foram fechadas em decorrência da pandemia. Pode-se observar esse dilema também vivenciado pelos ribeirinhos no quadro de relatos abaixo.

Figura 6: Dona Nilza Zwicker e seu esposo Evaldo Zwicker – ribeirinhos do Pantanal e produtores de mel



Fonte: Instagran @Comitiva.esperanca

Dona Nilza e o seu Evaldo são ribeirinhos do Pantanal do Rio Miranda, e, recentemente vivem em um dilema triplo, isto é, primeiro porque viviam exclusivamente da renda da pesca para sobreviver. Com a promoção da recente política da Cota Zero de restrição da pesca praticada pelo governo estadual, essa classe de pescadores se viu na eminência de procurar outras alternativas para gerar renda. Com o apoio de parceiros como alguns institutos do terceiro setor, sua família vem trabalhando no Projeto Apiário Flor de Camalote, desenvolvendo a apicultura a partir de uma prática de gestão sustentável e comunitária como alternativa de sustento. Além disso, vivenciam não apenas as dificuldades que a pandemia traz em especial para esses grupos de ficarem expostos à baixa segurança e acesso à bens de proteção e educação – como as orientações de higiene e de distanciamento social e por estarem por exemplo, enquadrados no grupo de risco para a Covid-19, pois já são idosos - mas também, a pandemia recrudesceu ainda mais um terceiro entrave dessa família de sua comunidade que é a dificuldade em escoar suas produções. Observa-se no relato da dona Nilza quando diz: "*Não pude ir pescar, não tem quem compra os peixes. Nem tem quem nos carregue, nos abasteça com combustível, nos forneça gelo"*.

Na imagem observamos também dona Nilza e seu Evaldo em meio às caixas do projeto da apicultura, um projeto suspenso por conta desse quadro pandêmico e da

ausência de políticas de recuperação, assistência e enfrentamento para esses grupos, silenciados por pressões econômicas, processos de discriminação e exclusão social.

A ausência de medidas emergenciais efetivas para o enfrentamento do novo coronavírus já vem deixando seus efeitos entre as populações dos grupos de comunidades que vivem em territórios tradicionais, como um número alto de óbitos e casos da doença confirmada já que percorrem longos trajetos até um local para serem atendidos, que por muitas vezes, não apresentam serviços adequados de saúde, sem água potável, baixa infraestrutura para cuidados básicos, acesso restrito e precário à comunicação, entre outros, para serem atendidos.

Contudo, em territórios distantes e invisibilizados pelo sistema, essas comunidades enfrentam falta de internet ou de sinal de telefone para a busca de informações confiáveis, reforçando a falta do direito destas pessoas à uma participação mais inclusiva nos desafios encarados nesses novos tempos.

Enquanto a gestão participativa dessas comunidades não for uma realidade ativa e enquanto o poder público não as considerar efetivamente em seus decretos e ações infelizmente elas continuarão na condição de sujeitos subalternizados.

Considerações Finais

Neste momento, em que o planeta enfrenta uma crise contra a vida, é necessário um deslocamento de postura e ações sobre o desequilíbrio e falta de cuidado que se acentua neste contexto de pandemia. O cuidar se faz necessário e precisa se estender em todos os segmentos e contextos.

Este estudo se colocou a pensar diante das materialidades discursivas analisadas, “o que seria um produto turístico após a pandemia?” As tensões se mostraram em evidência, seja para o fomento de um “novo normal”, que na verdade é a reprodução do já existente e que é hegemônico no contexto do consumo turístico, como também, por outro lado, a insurgência de um protagonismo ainda tímido e invisibilizado pelo setor, que são os povos de comunidades tradicionais e suas cotidianas lutas e mobilizações em prol da sobrevivência e da permanência de seus saberes e fazeres diversos nesse território chamado Pantanal.

Nesse local, Pantanal Sul, que representa um dos principais produtos consolidados e fomentados para a experiência turística, há sujeitos outros, pequenos

grupos que se esforçam na luta de uma distribuição de renda mais equilibrada e justa e que representam uma via de capital social responsável, sustentável e mais humanizada a ser investida pelo setor do Turismo. O turista que procura o Pantanal, não se depara apenas com a fauna e flora, mas com o pantaneiro e com as diferentes representatividades humanas desse território, que é o assentado, o indígena, o ribeirinho, a mulher artesã, etc. O trade turístico precisa ampliar seu horizonte de "mercado" e reconhecer esses novos protagonistas e suas potencialidades ancestrais. O estímulo à visitação às comunidades locais e tradicionais, desperta para o fomento de políticas públicas mais efetivas para essas comunidades, levando às lideranças locais a também serem protagonistas nas instâncias de governança locais e estadual.

Após mais de um ano do reconhecimento da situação de emergência sanitária mundial, sabe-se que ainda estaremos transitando sobre as velhas posturas e encaminhamentos do "novo normal" no setor tradicional e produtivo por um tempo longo ainda. Mesmo que seja alcançada a "cura" viral em todo mundo, é necessário ainda construir caminhos para superar as condições de exclusão, preconceitos, violências e processos de vulnerabilizações que nos levaram a esta crise global. As estratégias coletivas e de escuta de vozes da diversidade podem e devem ser essenciais nessa reconstrução.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. A. de & SILVA, J.C. As comunidades tradicionais pantaneiras Barra de São Lourenço e Amolar, pantanal, brasil. *História e Biodiversidade*, 1 (1), 1-19. 2011.
BAKHTIN, M.M. *Estética da criação verbal.* 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
BAKHTIN, M.M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem.* 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo.* 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.
BRANDÃO, F.; COSTA, C. Novas dinâmicas e novas formas de gestão para o sector do turismo ao nível local: o caso da criação de Observatórios Regionais de Turismo. *Turismo, Inovação e Desenvolvimento - Actas do I Seminário Turismo e Planeamento do Território.* Lisboa, p. 255-280, 2008. Disponível em: l1nq.com/7mJJO. Acesso em 20 de abril 2021.
BRASIL. Ministério do Turismo. *Cartilha Coronavírus.* Informações para o setor de viagens. 2020a. Disponível em: l1nq.com/as86D. Acesso em: 10 nov. 2022.
BRASIL. Ministério do Turismo. *Manual sobre o Coronavírus.* 2020b. Disponível em: l1nq.com/oVEbB. Acesso em: 10 nov 2022.
BRASIL. Ministério do Turismo. Regionalização, Sensibilização e Mobilização.

Programa de Regionalização do Turismo. 2019. Disponível em: l1nq.com/LllqD. Acesso em: 10 nov 2022.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In. BARTHOLO, R; SANSOLO, D.G.; BURSTYN, I. *Turismo de base comunitári*a: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2019. p. 76-91.

CALEGARE, M.G.A.; HIGUCHI, M.I.G.; BRUNO, A.C.S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. *Ambiente & sociedade*, 17 (3), 115-134, 2014.

CERQUEIRA, R.R. As Instâncias de Governança de Turismo no Brasil. In. ZAPATA, T. (Org.) *Desenvolvimento Local e a Nova Governança*. Recife, PE: IADH, 2009, p. 201-230.

CLEMENTE, A. C. F.; ANDRADE, L.G.A.; STOPPA, E. A.; SANTOS, G.E.O. Políticas públicas frente aos impactos econômicos da COVID-19 no Turismo. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território,* 8 (14), p.73-85, 2020.

CONTI, I. L.; COELHO-DE-SOUZA, G. Povos e comunidades tradicionais: a produção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. *Amazônica-Revista de Antropologia*, *5*(3), p. 780-804, 2013.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.*São Paulo: Atlas, 2003.

DYE, T. *Understanding Public Policy.* Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

ECOA. Ecologia e Ação . *Ações para o turismo de base comunitária na contenção da degradação do Pantanal.* Relatório técnico. Campo Grande. Convênio no. 005/2011(SICONV 755384/2011), MJ/ SDE/CFDD. s.l.: s.n. , 2013.

ECOA. Ecologia e Ação. *Relatório. Crise Sanitária e Ambiental para as comunidades locais do Pantanal*. 2020. Disponível em: l1nq.com/5h8q7. Acesso em: 01 nov 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Impacto econômico do COVID – 19: propostas para o tursimo.* Coord. Luiz Gustavo M. Barvosa. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2020. Disponível em: l1nq.com/ozUIS. Acesso em: 01 nov 2022.

GONZÁLES, M.V. Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? *Caderno Virtual de Turismo.* 14 (1), p. 9-22, 2014.

GRECHI, D. O desenvolvimento turístico sob a ótica da economia institucional: uma análise do caso de Bonito (MS). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas a UFRGS, Porto Alegre, 2011.

HODGSON, G. *What are Institutions?*From Orders to Organizations. The Business School, University of Hertfordshire, UK, 2004.

LEROY, J.P; MEIRELES, A.J.A. Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. (Orgs). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil:* o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 115-131.

MARTÍNEZ, A.de J. *Una aproximación sistémica al turismo: implicaciones para la multi y la transdisciplinariedad*. México: Universidade do Caribe, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo. *Plano de retomada do turismo.* Campo Grande/MS: FUNDTUR, 2020. Disponível em: l1nq.com/vYgvN. Acesso em: 01 de nov 2022.

MARQUES, H.R; OLIVEIRA, M.S. Estrada Parque Pantanal: comunidades, solidariedade e desenvolvimento. *Semioses*, 10 (2), 29-39, 2016.

MOLINA, S.o. *Conceptualización Del Turismo.* México: Limusa, 2000.

NORTH, D. *Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico.* México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Directrices de la OMT para el fortalecimiento de las organizaciones de gestión de destinos (OGD)* – Preparando las OGD de cara a nuevos retos. OMT: Madrid, 2019 . Disponível em: l1nq.com/VXBYD. Acesso em 01 nov 2022.

PEREIRA, A.S. *Entre barras e barrancas*: elementos da ecologia dos ribeirinhos da Comunidade Barra do São Lourenço/MS. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UFGD, Dourados, 2015.

REINOSO, N.G. Modelo de gestión para fomentar el desarrollo turístico de las comunidades Manabitas, Ecuador. *CULTUR***,** 10 (2), 81-108, 2017.

SANSOLO, D.G. & BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In. BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G. & BURSTYN, I. *Turismo de base comunitária:* diversidade de olhares e experiências brasileiras (pp. 142-161). Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SECO. Secretaria de Estado para Asuntos Economicos. *Conceptos básicos para la gestión de destinos turísticos*. Programa de Cooperación al Desarrollo Económico. 2004.

SILVA, M. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Inclusão Social Brasília*, 2 (2), 7-9. 2007.

SIMAN, R; CONCEIÇÃO, Otávio; FILLIPPI, Eduardo E. A economia institucional; em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. *Perspectiva econômica,* 2 (2), 37 – 55. 2006.

SIQUEIRA, A. L. *Conflitos socioambientais em comunidades tradicionais da fronteira Brasil-Bolívia e a experiência de implantação do turismo de base sustentável como alternativa de renda na comunidade da Barra do São Lourenço. 2015.* Dissertação (Mestrado). Mestrado em Estudos Fronteiriços, Campos do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias.* 8(16), p. 20-45, 2006.

SOUZA, M.C. O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,*15 (1), p. 1-13, 2021.

TOLEDO, V. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. *Encyclopedia of Biodiversity*, p.451-463, 2021.

VELASCO, M. Entre el poder y la racionalidad: gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.* 14 (3), p. 577-594, 2016.

VELASCO, M. Políticas Públicas para o Turismo que Viene. *Revista de Occidente, p.* 27-37, 2020.

WILLIAMSON, O. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. In: *Mechanisms of Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Recebido em 09 de setembro de 2022.
Aceito em 12 de novembro de 2022.